

História e artes marciais chinesas no Brasil:

desafios de pesquisa e de escrita



Material de divulgação de apresentação de artes marciais chinesas em Uberlândia/MG, 1987, cartaz, fotografia (detalhe).

Guilherme Amaral Luz

Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), onde atua nos cursos de graduação e no Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória). Autor, entre outros livros, de *Flores do desengano: poética do poder na América portuguesa*. São Paulo: Fap-Unifesp, 2013. guilhermealuz@gmail.com

História e artes marciais chinesas no Brasil: desafios de pesquisa e de escrita¹

History and Chinese martial arts in Brazil: challenges of research and writing

Guilherme Amaral Luz

RESUMO

Este artigo aborda os desafios para a escrita da história das artes marciais chinesas e sua difusão global no Brasil. Para além das dificuldades práticas ou metodológicas, centra nas questões epistemológicas referentes aos leitores potenciais e às motivações para a realização de tais estudos. Defende que o tema precisa ser abordado na fronteira entre o acadêmico e o não acadêmico por meio de pontes e diálogos entre praticantes de artes marciais e analistas profissionais metodologicamente “distanciados”, tendo em conta se tratar de assunto que envolve corporificação de culturas e a história do tempo presente. Instiga a investigação da história das “artes marciais em si” e não somente das suas instituições, comunidades e discursos autorrepresentacionais.

PALAVRAS-CHAVE: artes marciais chinesas; contemporaneidade; historiografia.

ABSTRACT

This article approaches the challenges of writing the history of Chinese martial arts and of its global dissemination in Brazil. Rather than approaching its practical and methodological difficulties, it focuses on epistemological matters concerning the potential readers and the motivations for these studies. It claims that this subject should be approached in the frontier between the academic and the non-academic through links and dialogues between martial arts practitioners and methodologically “distant” professional analysts, since it deals with a topic which entails both embodiment of cultures and history of the present. It encourages the investigation of “the martial arts themselves” and not only of their institutions, communities, and self-representational discourses.

KEYWORDS: Chinese martial arts; contemporaneity; historiography.



De agora em diante, “o problema não é mais da tradição e do vestígio, mas do recorte e do limite”. Falemos antes de limite ou de diferença do que de descontinuidade [...]. É preciso dizer, então, que o limite se torna, “ao mesmo tempo instrumento e objeto de pesquisa”. Conceito operatório da prática historiográfica, ele é o instrumento do seu trabalho e o lugar do exame metodológico.²

Escrever sobre a história das artes marciais chinesas envolve enormes desafios. Ainda maiores quando se trata de compreendê-la nas suas dimen-

¹ Dedico este artigo à memória dos mestres Roque Severino e Chan Kwok Wai, importantes difusores de artes marciais chinesas no Brasil, que nos deixaram recentemente.

² CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 51

sões globais, para além da China, incluindo os praticantes, professores e mestres que, há dezenas de anos, vêm expandindo a fruição desta atividade para além dos limites das comunidades étnicas e nacionais de origem e transformando-a em muitos sentidos. Nas últimas cinco décadas, vasta bibliografia internacional tem investido na construção de um campo acadêmico de estudos sobre as artes marciais, dentre as quais, as chinesas, tanto nas suas comunidades de origem quanto na sua difusão mundial.³ No Brasil, mais recentemente, sobretudo, a partir do início do século XXI, estudos acadêmicos também vêm surgindo. Porém, além de serem iniciativas iniciais e isoladas de pesquisadores “solitários”, focalizam, principalmente, os grandes centros urbanos, a partir dos quais elas se expandiram no país; sobretudo, a cidade de São Paulo.⁴

3 Um excelente balanço desta produção bibliográfica, da década de 1970 até a primeira década do século XXI, encontra-se presente em FARRER, D. S. and WHALEN-BRIDGE, John (eds.) *Martial arts as embodied knowledge: asian traditions in a transnational World*. New York: State University of New York Press, 2011. A título de exemplo, vale também mencionar algumas iniciativas internacionais relacionadas à reunião de publicações científicas a respeito deste campo, como são os casos da revista polonesa *Ido Movement for Culture: Journal of Martial Arts Anthropology* e da americana *Martial Arts Studies Journal*, respectivamente lideradas pelos acadêmicos Wojciech J. Cynarski e Paul Bowman. O primeiro volume da revista *Martial Arts Studies Journal*, lançado em 2015, traz diversos artigos referentes a tentativas de constituição de um campo acadêmico específico para os estudos das artes marciais; destacam-se: BOWMAN, Paul. Asking the question: is martial arts studies in the academic field? *Martial Arts Studies Journal*, n. 1, Cardiff, 2015; Wetzler, Sixt. Martial arts studies as Kulturewissenschaft: a possible theoretical framework (*idem*); e FARRER, D. S. Efficacy and entertainment in Martial Arts Studies: anthropological perspectives (*idem*).

4 Sobre a história da difusão das artes marciais asiáticas no Brasil e particularmente a respeito das artes marciais chinesas, merecem referência quatro teses/dissertações acadêmicas, cujas pesquisas também foram e ainda vêm sendo desdobradas em novos artigos e outras teses/trabalhos em andamento. Pioneiro entre tais trabalhos é *Shaolin à brasileira* (APOLLONI, Rodrigo Wolff. *Shaolin à brasileira: estudo sobre a presença e a transformação de elementos religiosos orientais no Kung Fu praticado no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – PUC-SP, São Paulo, 2004). O segundo destes trabalhos não se restringe apenas ao Kung Fu, mas o aborda em conjunto com outras artes marciais asiáticas no contexto de emergência de uma cultura corporal de “caminho oriental” na cidade de São Paulo, na segunda metade do século XX (MARTA, Felipe. *A memória das lutas ou o lugar do “Do”*: as artes marciais e a construção de um caminho oriental para a cultura corporal na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em História) – PUC-SP, São Paulo, 2009). Note-se que também a dissertação de Apolloni, embora, no título, enuncie se tratar de “kung fu praticado no Brasil” e, em certa medida, aborde a temática na região sul, o foco principal é o Shaolin do Norte, centrado na figura do mestre Chan Kowk Wai e a sua Academia Sino-Brasileira, de São Paulo. O terceiro trabalho focaliza igualmente experiências tipicamente paulistanas, trabalhando com a trajetória de vida e atuação de cinco mestres chineses atuantes em São Paulo desde a década de 1960: Wong Sun Kueng, Chan Kwok Wai, Thomas Lo, Li Wing Kay e Li Hon Ki (FERREIRA, Fernando. *A inserção do Kung Fu no Brasil na perspectiva dos mestres pioneiros*. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – UFPR, Curitiba, 2013). Por último, menciono o único trabalho a devotar mais atenção a trajetórias de mestres nascidos no Brasil. Ainda assim, todos os personagens abordados residem e atuam/atuaram em São Paulo, na capital e eventualmente no interior, ainda que uma parte deles tenha vindo de outros estados do Brasil, como o pernambucano Paulo José da Silva e o cearense Francisco Nobre: TRALCI FILHO, Márcio Antônio. *Artes marciais chinesas: histórias de vida de mestres brasileiros e as tensões entre a tradição e o modelo esportivo*. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – USP, São Paulo, 2014. Há outros trabalhos importantes que poderiam ser citados por abordarem aspectos da história das artes marciais chinesas no Brasil (em São Paulo), entretanto seus temas centrais não são esta história, utilizada mais como contexto ou pano de fundo para outras questões de ordem mais prática ou pedagógica. Várias dessas produções situam-se no campo da Educação Física, dialogando com perspectivas da Sociologia do Esporte, da Antropologia do Corpo e com métodos de História Oral e de História de Vida, como CORREIA, Walter Roberto e FRANCHINI, Emerson. Produção acadêmica em lutas, artes marciais e esportes de combate. *Motriz: Journal of Physical Education*, v. 16, n. 1, Rio Claro, 2010. Particularmente importantes para a compreensão da história das artes marciais chinesas “internas” no Brasil, sobretudo o Tai Chi Chuan, são os trabalhos de Matheus Oliva da Costa, sobre a Sociedade Taoísta do Brasil: COSTA, Matheus Oliva da. *Transplantação do daoísmo ao Brasil através da Sociedade Taoísta do Brasil e da Sociedade Taoísta de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – PUC-SP, São Paulo, 2015, e de José Bizerril Neto sobre a linhagem taoísta de Liu Pai Lin em São Paulo: BIZERRIL NETO, José. *Retornar à raiz: tradição e experiência em uma linhagem taoísta no Brasil*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – UnB, Brasília, 2001. Esses dois trabalhos, apesar de terem como tema central o taoísmo como um todo, abordam a atuação de pelo menos três importantes mestres de Tai Chi

O tratamento específico da presença dessas práticas no interior do país ainda é bastante incipiente. Há alguns estudos já realizados nesse sentido, porém, são textos “menores”, frutos de trabalhos de graduação e de apresentações em congressos, por exemplo.⁵ Mesmo sobre os grandes centros de desenvolvimento das artes marciais chinesas no Brasil sabemos muito pouco. São Paulo, campeã de estudos atualmente, ainda merece muitos trabalhos de investigação – não só em relação à capital, mas também em relação a municípios do interior do estado e da região metropolitana, como Santo André, Campinas, Ribeirão Preto, Piracicaba, Valinhos e outras. Sobre o Rio de Janeiro, quase não há estudos. Brasília, Goiânia, Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis, Recife, Belo Horizonte são capitais com muita representatividade em termos de prática de artes marciais chinesas e quase não há nada também sobre elas. Em Minas Gerais, Contagem, Itajubá, Uberaba, Juiz de Fora, Uberlândia, Patos de Minas, Montes Claros e muitas outras cidades do interior têm algo a contar sobre o desenvolvimento das artes marciais chinesas.⁶ Quase ninguém, na academia, contudo, tem dado atenção a elas. É necessário refletir sobre a falta de estudos relativos à história local das artes marciais chinesas no Brasil, o que implica dialogar com a sua possível relevância ou não e, conjuntamente, com os desafios que estão colocados para o seu desenvolvimento. Esperamos que, em algum momento, o acúmulo de trabalhos sobre a temática, no interior do Brasil, permita o estabelecimento de comparações e sínteses mais abrangentes; o que, por hora, é impraticável.

Uma característica própria dos estudos sobre história das artes marciais, não só no Brasil, mas em todo o mundo, é que eles atraem muito mais o interesse de pessoas das comunidades marciais do que de historiadores.⁷ Por conta disso, há, entre os seus estudiosos, pesquisadores com pouca ou mesmo

Chuan e outras artes marciais internas no Brasil: Wu Chaoxiang, Wu Zhicheng e Liu Bailing. Recentemente, começaram a aparecer, no país, teses e dissertações sobre as artes marciais chinesas na própria China. Destacamos a dissertação de mestrado de Carlos Alberto Bueno dos Reis Junior sobre a reformulação das políticas públicas chinesas para o desenvolvimento do Wushu no início da era maoísta: REIS JUNIOR, Carlos Alberto Bueno dos. *Processos de institucionalização do Wushu na era maoísta: considerações a partir da análise de manuais elaborados pela Comissão de Esportes e Cultura Física da República Popular da China entre 1958 e 1963*. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – UFPR, Curitiba, 2019.

5 A título de exemplo, destaco um estudo sobre o Kung Fu na capital gaúcha: MAIDANA, Wagner. *Os primórdios do Wushu em Porto Alegre*. Trabalho de Conclusão de Curso em Educação Física – UFRGS, Porto Alegre, 2009. Outro exemplo é um trabalho sobre o Jeet Kune Do (JKD) na cidade norte-mineira de Montes Claros: COSTA, Matheus Oliva da. *Religiosidade oriental e artes marciais: um estudo de caso dos praticantes de Jeet Kune Do (comunicação apresentada no XII Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões, Juiz de Fora, 2011)*, GT 14: Religiões orientais: entre a “invenção” e o “real”.

6 Por algo a contar nos referimos à presença, desde, pelo menos, os anos 80, de escolas especializadas em artes marciais chinesas; mestres brasileiros ou chineses que ensinam ou ensinaram regularmente nessas cidades; formação de associações, federações e outras instituições voltadas à prática; organização de eventos, feiras, campeonatos e outras atividades para a divulgação dessas artes.

7 Como escreveu Patrick Daly, em 2012 (de lá para cá, pouco mudou neste cenário): “For such an internationally iconic aspect of Chinese traditional culture, there is a remarkable lack of academic historical and cultural studies about kung fu and its role within Chinese society over the centuries – at least for non-Chinese speaking audiences. There are massive amounts of material about kung fu within the non-academic domain, with thousands of books, pamphlets, websites, and magazines dedicated to kung fu. However, almost all of this has been produced by and for enthusiasts and practitioners and concerns the histories of specific styles or instructional material, leaving a distinct lack of social analysis. Most of the academic focus on kung fu has been within media and film studies, focusing upon kung fu within movies and popular culture”. DALY, Patrick. *Fighting modernity. Traditional Chinese martial arts and the transmission of intangible cultural heritage*. In: DALY, Patrick and WINTER, Tim (ed.). *Routledge handbook of heritage in Asia*. London-New York: Routledge, 2012, p. 351 e 352.

nenhuma formação em história. Alguns dos grandes especialistas sobre o tema, autoridades incontornáveis neste campo, são autores “independentes”, tal como se define, por exemplo, Stanley Henning. Apesar deste autor ser formado em História (BA pelo Virginia Military Institute), trata-se de um oficial militar especializado em questões do “extremo oriente”. Aprendeu Mandarim a ponto de dominar o idioma com fluência; atuou, inclusive, como professor de inglês e de literatura na China e pode, assim, ter acesso direto a muitas fontes primárias relevantes à história das suas artes marciais. Praticante apaixonado de Taijiquan e Xingyiquan, dedicou-se (como ainda vem se dedicando) fortemente ao estudo das raízes históricas das artes marciais chinesas a partir de documentos. Sua abordagem historiográfica propriamente dita, entretanto, distancia-se muito daquelas mais atuais do campo acadêmico. Sua perspectiva é bastante documental, ou mesmo “positivista”, aproximando-se mais de preocupações como aquelas de historiadores “modernistas” chineses do século XX, em particular, Tang Hao, cuja obra é um marco decisivo e polêmico de mudança na forma chinesa de encarar a história das suas próprias artes marciais.

Kai Filipiak oferece uma rica contextualização dos estudos acadêmicos sobre as artes marciais chinesas a partir do início do século XX em artigo publicado em 2010, no periódico *Journal of Asian Martial Arts*. Ele situa algumas transformações importantes na historiografia das artes marciais nos próprios manuais escritos por alguns mestres mais intelectualizados, como Sun Lutang e Chen Weiming, ambos ligados ao Taijiquan e às artes ditas “internas”, *neijia*. Nos seus escritos, respectivamente, de 1917 e 1925, está presente uma tendência de eliminar, da narrativa dos fatos históricos, elementos mitológicos e lendários característicos da tradição do gênero. Neste contexto, o autor apresenta os trabalhos de Tang Hao (1897-1959) como de importância definitiva. Conforme Filipiak, Tang Hao foi um dos pioneiros no uso de métodos científicos para reconstruir a história das artes marciais. Sua principal colaboração teria sido a localização e o uso de fontes históricas por métodos válidos para analisar pessoas, escolas, armas e técnicas de artes marciais.⁸

Stanley Henning, por sua vez, ao discorrer sobre o contexto intelectual da historiografia das artes marciais chinesas nos anos 30, é mais contido que Filipiak quanto à sua modernização. Ele vê autores como Tang Hao e Xu Jiedong muito mais como exceções em um cenário ainda muito marcado pelos mitos e lendas do que como a regra do momento. Para Henning, é apenas após o período da ocupação japonesa (1937-1945) que haveria mudanças mais significativas. Isso seria intensificado já no regime maoísta, durante a Revolução Cultural, quando os vestígios “feudais” da prática de artes marciais passaram a ser combatidos e, junto com isso, uma leitura mítica de sua história.⁹

Outro importante acadêmico estadunidense nos estudos sobre as artes marciais chinesas é Douglas Wile. Assim como Henning, um dos principais requisitos que o capacitaram para isso foi a competência linguística. Professor de Chinês e literatura chinesa na City University of New York (no Brooklin),

⁸ Ver FILIPIAK, Kai. From Warriors to sportsman: how traditional chinese martial arts adapted to modernity. *Journal of Asian Martial Arts*, v. 19, n. 1, Erie, 2010, p. 39 e 40.

⁹ Ver HENNING, Stanley. The chinese martial arts in historical perspective. *Military Affairs*, v. 45, n. 4, Washington, 1981, p. 177.

Wile é doutor em línguas asiáticas, com formação nas universidades de Stanford e de Wisconsin. Embora sua formação não seja em história, ele próprio define os seus trabalhos como de história intelectual chinesa, com ênfase nas artes marciais. Como Henning, Wile é praticante conhecedor de várias artes marciais, principalmente de Taijiquan estilo Yang. Em artigo recente, Douglas Wile demonstra algumas das questões mais fundamentais relacionadas à historiografia das artes marciais chinesas (neste caso, em particular, o Taijiquan) na própria China ao longo do século XX e, em certa medida, permite considerar o quanto tais questões – principalmente quando mal conhecidas – podem impactar o modo que tratamos essa história no “ocidente”.¹⁰

Abordando achados documentais relacionados à história do Taijiquan, o autor discorre a respeito das polêmicas entre modernistas e tradicionalistas na China. Para os segundos, o esforço para o estabelecimento de uma historiografia “científica” ou “documental”, desde a primeira metade do século XX, faz parte de um projeto de destruição das tradições chinesas e, com ela, dos valores mais fundamentais da sua cultura e do seu *ethos*. Estes historiadores, dentre os quais Tang Hao (como um dos pioneiros) seriam tratados como “traidores”. Para os tradicionalistas, a memória oral, as histórias míticas de origem e as versões familiares sobre o desenvolvimento das artes, escolas e estilos têm valor de verdade e todo achado documental que contrarie as versões constituídas são alvos de desconstruções e disputas eruditas. Por outro lado, os historiadores “modernistas” questionam a compreensão mítica da história das artes marciais, buscam fazer crítica interna e externa de documentos que sustentam versões oficiais e denunciam o seu caráter supersticioso e pseudocientífico.¹¹

Se estas questões são bastante vivas na China e envolvem dimensões políticas e culturais bastante centrais para os chineses, a forma que elas chegam aos leitores que não dominam a língua e não conhecem todo o debate é parcial e os seus sentidos culturais mais próprios, diluídos. Wile exemplifica esta visão parcial das questões historiográficas chinesas e dos documentos originais com um texto escrito pelo estudioso dinamarquês Lars Bo Christensen. Como resultado do desconhecimento do conjunto mais abrangente relacionado à história do Taijiquan, nas palavras de Wile, Christensen caiu na “aceitação acrítica das visões de um campo e as representou ao leitor como verdade estabelecida”.¹² A “verdade histórica” sobre o Taijiquan é algo que está em disputa entre os próprios chineses e que, a cada achado documental, desperta diversas polêmicas. Ela, não raramente, é tratada de maneira superficial e esquemática por estudiosos com pouco conhecimento específico. Disso nasce um primeiro grande problema nos estudos sobre as artes marciais chinesas fora da China: seus estudiosos são, principalmente, praticantes de artes marciais, nem sempre com competências linguísticas e acadêmicas suficientes para a realização de tais trabalhos. Acaba sendo frequente, nestes trabalhos de “autorrepresentação”, uma visão apologética de sua própria arte marcial, confir-

¹⁰ Ver WILE, Douglas. Fighting words. Four new document finds reignite old debates in Taijiquan historiography. *Martial Arts Studies Journal*, n. 4, Cardiff, 2016.

¹¹ Cf. *idem, ibidem*, p. 20-23.

¹² *Idem, ibidem*, p. 31.

mada por fragmentos documentais e bibliográficos que não formam senão uma parte do quadro mais complexo sobre o assunto.

Autorrepresentação e autojustificação

Rodrigo Apolloni refere-se aos produtos culturais brasileiros sobre as artes marciais chinesas, nas décadas de 80 e 90 do século XX, como “literatura de autorrepresentação”. Isso se dá em um momento no qual professores não-chineses passam a abrir academias e precisam situar o seu pertencimento ao universo do Kung Fu. Consolida-se um mercado de revistas especializadas sobre artes marciais asiáticas no país, academias passam a publicar suas apostilas, novos livros são lançados, por fim, surgem blogs e sites institucionais e pessoais com informações históricas e genealógicas sobre as artes marciais chinesas em geral ou sobre estilos em particular. Esta autorrepresentação, formada por elementos gerais de fontes variadas, que envolviam relatos orais de mestres chineses, referências do cinema e da literatura e de livros de divulgação, entre outras, marcou um processo de nacionalização do Kung Fu com raízes próprias, em diálogo com esquemas ocidentais de pensamento e sem conexão muito profunda com os valores da cultura chinesa erudita, fosse no campo da filosofia ou das religiões. Por isso, o autor defende a tese de um “Kung Fu à brasileira”, cujos “conteúdos não corporais” possuiriam uma “plasticidade semântica”, transmitida através dessa literatura de autorrepresentação.¹³

Paul Bowman, um dos expoentes contemporâneos dos estudos acadêmicos das artes marciais, demonstra como a literatura científica recente tem gerado conflitos com a autorrepresentação das artes marciais tradicionais. Ele ilustra este conflito com a própria hostilidade recebida por um de seus trabalhos junto a um mestre (cujo anonimato ele preserva), que, em tom beligerante, nas redes sociais, questionou a sua autoridade e a pertinência em si de haver estudos acadêmicos sobre as artes marciais tradicionais. Um dos motivos que o autor levanta para esses conflitos é que, nas suas palavras: “uma historiografia diligente tem revelado que muitas linhagens marciais não são tão lineares assim, que muitas histórias são primárias e muitas tradições são, na melhor das hipóteses, desconexas ou mesmo, muito comumente, inventadas”.¹⁴ E isso não se refere apenas àquelas artes ou estilos “falsos” ou “novos” criados no “ocidente” ou às “variantes”, tais como seria um “kung fu à brasileira”, nos termos de Apolloni. O mais problemático é que os trabalhos acadêmicos, muitas vezes, têm apontado a fragilidade das construções culturais e da memória oficial de escolas de prestígio e reconhecida “tradição”. Mesmo não sendo objetivo dessa produção atingir a reputação de qualquer destas escolas ou famílias marciais, ela acaba competindo em autoridade com as instituições de saber poder que representam, afetando configurações simbólicas que sustentam as suas hierarquias e o reconhecimento de laços supostamente muito profundos e sólidos com culturas “milenares”.

¹³ Cf. APOLLONI, Rodrigo Wolff, *op. cit.*, p. 89-120.

¹⁴ BOWMAN, Paul. Making martial arts history matter, p. 17. Disponível em <https://www.academia.edu/20039382/Making_Martial_Arts_History_Matter_v1_>. Acesso em 4 nov. 2019.



Há enormes mal-entendidos entre as concepções acadêmicas e autor-representacionais da história das artes marciais tradicionais. Eles derivam de modos distintos de compreender e encarar os “mitos de origem” ou, mais propriamente, os “mitos de autenticidade” e as suas relações com a “veracidade histórica”. Para os praticantes de artes marciais tradicionais, não há “mitos”, mas histórias verdadeiras contadas e preservadas no interior de suas escolas, transmitidas oralmente de mestres para discípulos, numa cadeia de autoridade que independe de confirmação exterior. São histórias que informam a prática e o seu modo ortodoxo, a ser seguido e passado a diante para futuras gerações. Levada ao “fanatismo”, esta perspectiva serve a uma estrutura de poder alienante e não raro abusiva entre professores e alunos. Entretanto, suas funções mais amplas dizem respeito à construção de uma “comunidade imaginada”, cujos efeitos psíquicos apontam para o desenvolvimento do coletivismo e do sentimento de pertença, o que, para praticantes de artes marciais tradicionais, pode ser tão ou mais importante do que o aprendizado técnico por si mesmo.¹⁵

Por outro lado, numa perspectiva historiográfica mais documental ou “positivista”, os mitos tendem a ser descartados como formas arcaicas ou inferiores de compreensão do passado e, portanto, algo a ser superado pela narrativa “correta” dos fatos. No seu extremo, esse paradigma não permite perceber a própria “verdade” contida no “mito”, seja a “verdade” social e política que o institui como instrumento ideológico justificador do *status quo*; seja a sua “verdade” cultural, de valor simbólico, carregado de ambiguidades e prenhe de múltiplas representações possíveis e latentes. Os “mitos” das artes marciais tradicionais (e das suas variantes “à brasileira”) não são “falsificações” do real. De uma perspectiva acadêmica, seja ela sociológica, antropológica, política ou histórica, eles são dados tão reais com o qual se deve trabalhar quanto as histórias documentadas ou quanto as técnicas ensinadas pelos mestres e professores. Esses “mitos” possuem estruturas próprias recorrentes, carregam valores e símbolos tradicionais ressignificados; fundamentam-se em práticas, rituais e referências culturais dinâmicos; geram e não param de gerar representações e sentidos variados; e talvez, mais importante, corporificam-se em sujeitos particulares (individuais ou coletivos), que se apropriam da “fantasia” para o seu processo vivo de construção de *persona*.¹⁶

No Brasil, a pequena bibliografia acadêmica produzida já disponível sobre artes marciais chinesas também foi escrita, em grande maior parte, por praticantes de artes marciais.¹⁷ Não obstante a qualidade de uma boa parcela

¹⁵ Cf. PARTIKOVÁ, Veronika and JENNINGS, George. The Kung Fu family: a metaphor of belonging across time and place. *Revista de Artes Marciales Asiáticas*, v. 13, n. 1, León, 2018, e PARTIKOVÁ, Veronika. Psychological collectivism in traditional martial arts. *Martial Arts Studies Journal*, n. 7, Cardiff, 2018.

¹⁶ Cf. WETZLER, Sixt. Myths of the martial arts. *Jomec Journal*, n. 5, Cardiff, 2014. Disponível em <<https://jomec.cardiffuniversitypress.org/articles/abstract/10.18573/j.2014.10276/>>. Acesso em 10 out. 2017.

¹⁷ Rodrigo Apolloni é professor formado no Sistema Sino-brasileiro de Shaolin do Norte, tendo sido aluno dos mestres Lee Chung Deh, Chan Kwok Wai e do brasileiro Jorge Jefremovas, por exemplo. Ele mantém-se ativo como professor de Taijiquan e de Esgrima Chinesa em Curitiba-PR. Márcio Antônio Tralci, quando concluiu a sua dissertação, definiu-se como “praticante-pesquisador”, estando ligado ao sistema Garra de Água (Sistema Lily Lau), no Centro de Treinamento de Kung Fu Shao Lin (CTKS), sendo aluno do Mestre Dagoberto Luís de Souza. Cf. TRALCI FILHO, Márcio Antônio, *op. cit.*. Fernando Dandoro Castilho Ferreira foi (lamentavelmente, Fernando foi vítima de uma grave doença que levou à sua morte ainda jovem, quando realizava seu doutorado) praticante de Wing Chun do Grão-Mestre Moy Yat, representado, no Brasil, pelo Mestre Léo Imamura, a quem dedicou a sua dissertação. Felipe Eduardo Ferreira Marta é o

destes trabalhos, há de se reconhecer os seus limites. Primeiro, nenhum dos autores mais importantes sobre a temática por aqui é tão proficiente em língua e literatura chinesas quanto especialistas do porte de Stanley Henning ou Douglas Wile, por exemplo. No Brasil, o próprio estudo do Mandarim (ou de outros dialetos, como o Cantonês) é algo que só despertou interesse muito recentemente para além da própria comunidade de imigrantes e descendentes de chineses. São raros os trabalhos de pesquisadores brasileiros que trazem documentos chineses originais a serem considerados e problematizados.¹⁸

Como, geralmente, os estudos brasileiros focalizam a prática no Brasil, a partir dos mestres que migraram para cá, e as primeiras gerações de mestres brasileiros, este limite tem efeitos minimizados. Ainda assim, bibliograficamente, acaba ocorrendo uma dependência muito grande em relação a obras editadas na Europa e nos Estados Unidos, onde o tratamento da história das artes marciais chinesas é filtrado por vieses próprios, sobretudo, por uma perspectiva afinada com o “modernismo” chinês, mais palatável ao saber acadêmico. Por outro lado, o contato com a própria comunidade marcial chinesa e com representantes oficiais de famílias acaba trazendo, para a narrativa, elementos do tradicionalismo e concepções de história a ele vinculadas. Como os pesquisadores, muitas vezes, são vinculados aos seus mestres de modo hierárquico e mesmo cerimonioso, muitos destes trabalhos esbarram em concepções difíceis de transpor e em “verdades” com as quais pode ser delicado entrar em choque.

É muito interessante reparar, por exemplo, nas dedicatórias e agradecimentos destes trabalhos. O de Fernando Dandoro C. Ferreira, por exemplo, uma dissertação de mestrado defendida na UFPR, traz a seguinte dedicatória: “Ao meu *Sifu* (師父), Mestre Léo Imamura, em comemoração ao seu cinquentenário”. Nesta curta formulação, há um conjunto imenso e complexo de subtendidos. Primeiro, podemos notar a grafia escolhida para a palavra *Sifu*. O autor optou por redigir o ideograma 師 na sua forma tradicional e não na simplificada: 师 (“professor” ou “modelo”). Além disso, preferiu 師父, com denotações familiares (父 está associado à “paternidade”), a 師傅, com denotações mais ligadas à reverência à habilidade ou à “maestria”, num sentido de “competência”, de alguém experiente. As duas expressões são utilizadas para “mestre” no meio do Kung Fu, mas a primeira deixa mais evidente um compromisso de “filialidade”, *xiao* (孝), valor confucionista que implica forte relação hierárquica de lealdade.

único desses quatro pesquisadores que não é praticante de Kung Fu, entretanto é praticante de Taekwondo, arte marcial coreana também estudada em sua tese de doutorado e objeto mais específico de sua dissertação de mestrado. Enfim, o próprio autor deste trabalho, eu mesmo, escrevo a partir da prática de artes marciais chinesas e, somente depois de iniciar-me nelas, vislumbrei a possibilidade de estudá-las academicamente.

¹⁸ Começa a haver, recentemente, sinais de maior especialização e surgem alguns trabalhos que recorrem a textos originais em chinês. É exemplar, neste caso, APOLLONI, Rodrigo Wolff. A Suprema Cumeieira: considerações de Sunlütáng sobre o Tàijíquán (Tai-Chi-Chuan). *Rever: Revista de Estudos da Religião*, v. 18, n. 1, São Paulo, 2018). Este artigo apresenta um comentário interpretativo de escritos do Mestre Sun Lutang, traduzidos diretamente da sua versão original. Para isso, Apolloni recorreu não somente aos seus conhecimentos de língua chinesa, mas à assessoria de professores de Mandarim do Centro Ásia, mesma escola em que ensina Taijiquan em Curitiba.

A dedicatória destaca ainda a idade redonda completada pelo seu mestre, transformando o texto numa espécie de respeitoso presente. Trata-se de uma dedicatória bastante atenta à etiqueta marcial, à *wude* (武德), no seu sentido mais “ritualístico” confuciano. Léo Imamura é um dos mestres brasileiros que mais valorizam este tipo de atenção ao rito, conhecido pela sua sofisticação intelectual e relações com a academia. No meio marcial brasileiro, chega a ser tomado como “elitista” e pouco “prático”, “marcial”, mais interessado em questões filosóficas, éticas e culturais.¹⁹ Ferreira o utiliza, inclusive, como uma importante referência bibliográfica, conferindo aos seus escritos uma central autoridade. Percebe-se, neste caso, com muita força, o quanto as abordagens acadêmica e de “autorrepresentação” podem caminhar lado a lado e como esse imbricamento pode ser também problemático em termos metodológicos.²⁰

A transformação histórica das tradições em questão

Ferreira já havia concluído o seu mestrado e realizava pesquisa de doutorado quando foi diagnosticado com câncer, teve que interromper os trabalhos para fazer tratamento e, na sequência, acabou lamentavelmente falecendo. Esta circunstância trágica acabou tendo como resultado um interessante texto, postumamente publicado pelo seu orientador, Wanderley Marchi Junior, e um colega, Juliano de Souza. O interessante deste artigo está no fato da tese de Ferreira ter sido retrabalhada por dois autores que não possuem nenhum vínculo de compromisso com o Kung Fu. O resultado foi, neste texto, a produção de um distanciamento crítico que talvez não fosse tão simples de ser realizado pelo autor original.

Refiro-me ao artigo “O processo de difusão do Kung Fu no Ocidente: entre o sentido da perda e a inevitabilidade da perda do sentido”. Com abordagem teórica explicitamente ancorada na sociologia de Eric Dunning e Norbert Elias, seus autores reconhecem que: “as artes marciais chinesas, tanto em seu berço de origem quanto no ‘Ocidente’, enfrentam um peculiar problema que a própria civilização chinesa se põe a refletir, qual seja, a capacidade de avançar diante das perspectivas modernas, globalizantes e capitalistas, sem perder de vista suas tradições e bases filosóficas”.²¹ Neste artigo, é dada uma ênfase nas artes marciais chinesas tradicionais como “configurações históricas” dinâmicas. Quando elas se disseminam para fora da China, sobretudo, na segunda metade do século XX, isso se deu graças a processos de modernização ou de adaptação à modernidade que já estavam em curso. Tal processo, conforme os autores, envolveu:

(1) a apropriação e difusão da prática marcial pelo Estado chinês; (2) a centralidade de grupos de especialistas que impuseram um sentido terapêutico-medicinal a essa prática e assumiram o papel de difundir-la a partir desses códigos; e (3) a lógica de divulgação dessa arte marcial através da indústria cinematográfica. Imperativo ressaltar

¹⁹ Sobre Léo Imamura, ver TRALCI FILHO, Márcio Antônio, *op. cit.*, p. 86-108.

²⁰ Cf. FERREIRA, Fernando, *op. cit.*, dedicatória.

²¹ FERREIRA, Fernando, SOUZA, Juliano de e MARCHI JUNIOR, Wanderley. O processo de difusão do Kung Fu no Ocidente: entre o sentido da perda e a inevitabilidade da perda do sentido. *Motrivivência*, v. 29, n. 51, Florianópolis, 2017, p. 25.

*que esses três processos [...] sinalizam para a conformação estrutural de um núcleo particular de relações de poder pela qual se constituiu a dinâmica configuracional do Kung Fu na China e, acima de tudo, pela qual essa prática se espalhou através de uma lógica pré-mercantil primeiramente no interior da própria sociedade chinesa, lhe prestando, então, já nesse contexto de produção original da prática, como um produto passível de adquirir contornos mercadológicos sem os quais seria impossível, em período subsequente, sua própria difusão massiva em escala global.*²²

Patrick Daly também aborda o “sentimento de perda” presente em mestres de artes marciais chinesas radicados no sudeste asiático, em países como Malásia, Indonésia e Cingapura, o que se aplica analogamente a partes “autônomas” da China, como Hong Kong e Taiwan. Há, nestes casos, uma percepção destes mestres de que os modos de transmissão das artes marciais chinesas tradicionais não são viáveis no contexto das práticas contemporâneas e que esta inviabilidade tem levado estas artes à extinção. Isso porque tais modos de transmissão seriam constitutivos desta prática cultural, sendo supostamente insubstituíveis por outros mecanismos, inclusive aqueles da preservação do patrimônio cultural intangível. Neste contexto, afirma Daly: “os mestres que entrevistei são rápidos em apontar uma variedade de motivos exteriores pelos quais as suas tradições estão desaparecendo, mas muito menos inclinados a ser criticamente reflexivos sobre os seus papéis neste processo como potenciais obstáculos à adaptação”.²³

A Ásia, no entanto, no sentido exposto acima, é muito diferente do contexto de difusão do kung fu no “Ocidente”. Se, na Ásia, as forças da globalização ameaçam a demanda pela “autenticidade” das artes marciais tradicionais, Daly argumenta que, em outras partes do mundo, a demanda por esta “autenticidade” é crescente, abrindo, inclusive, oportunidades mercadológicas para os mestres asiáticos. Daly evita entrar neste ponto em maiores detalhes, mas evidencia que famílias marciais tradicionais vêm se expandindo neste mercado por “autenticidade” que existe no exterior. Mais do que isso, tais famílias, sem renunciar àqueles elementos distintivos que as autorizam como autênticas, tais como as genealogias, o sobrenome e os rituais de iniciação de discípulos, por exemplo, vêm fazendo concessões importantes em relação a modos de transmissão que, no sudeste asiático, seriam tabus, tais como a participação em competições e exibições públicas, a adoção de padrões de progressão e certificação e a correlata sistematização de currículos técnicos pré-fixados.

Modernas tradições marciais e a somatização da interculturalidade

Estas artes marciais chinesas tradicionais adaptadas à modernidade ou, ousamos dizer, estas “modernas tradições marciais”, presentes no mundo global há algumas décadas, inclusive no Brasil, são recriações contemporâneas fundamentadas e legitimadas em símbolos, mitos, rituais e hierarquias aos quais se atribui antiga – por vezes, antiquíssima – duração. Os adeptos ou praticantes que buscam estas artes e se identificam com elas não são, obvia-

²² *Idem, ibidem*, p. 25 e 26.

²³ DALY, Patrick, *op. cit.*, p. 358 e 359.

mente, sujeitos fora de seus tempos. São sujeitos históricos cujas demandas e expectativas situam-se na realidade em que vivem. A “autenticidade” que buscam não se resume necessariamente à busca pelo “orientalismo exótico”. Ainda que o fetiche pelo exótico e a romantização do “outro” tenha o seu apelo e, em alguns momentos, possa ter sido decisivo para a difusão da “moda do kung fu”, há razões históricas e culturais para o fenômeno, inclusive para o próprio “orientalismo” e suas diferentes manifestações. Conforme Paul Bowman, quando asiáticos ou não asiáticos procuram práticas marciais tradicionais há uma demanda específica em evidência. Em suas palavras, “se nós nos dirigimos ao dojo local ou ao dojang ou kwoon, ou se nos juntamos ao grupo de Taiji no parque, parte do que estamos procurando é o sentimento de como é fazer parte de uma cultura antiga – fantasiar o envolvimento com esta cultura em sua ancestralidade – e sentir o seu saber incorporado nos seus sistemas técnicos de movimento, sua sabedoria em nossos membros, em nossos movimentos e em nossa pulsação”.²⁴

A literatura autorrepresentacional, as histórias, os mitos e as memórias das artes marciais tradicionais são respostas culturais a esta demanda por corporificação de antigas culturas e saberes. São frutos de um desejo de fruição integrada do corpo, da mente e da cultura. Por meio dela, sujeitos contemporâneos, imersos numa sociedade de consumo, na cultura do individualismo e da competição, encontram mecanismos alternativos de constituição de laços comunitários, de sentidos para a vida e de estetização da própria existência. O universo simbólico, ritualístico e mitológico deste modo específico de fruição das artes marciais é constitutivo do caráter representacional das artes marciais como disciplinas somaestéticas. Trata-se, conforme a teoria de Shusterman, de meios exteriores que guiam a postura corporal de modo a proporcionar uma experiência mais significativa.²⁵

Estes elementos representacionais, “fantasiosos” ou não, pouco importa, têm efeitos práticos reais sobre a performance das artes marciais, suas interações e, conseqüentemente, sobre o sujeito que as realiza. Como escreve Daniel Mroz em um interessante artigo: “quando interagimos com um parâmetro, seja outra pessoa, um ato cultural, como uma figura teatral, ou uma narrativa religiosa, ou uma série de movimentos impessoais variáveis, nosso foco é em algo fora de nós mesmos. Isto nos fornece o espaço que precisamos para interagir com as múltiplas variáveis que o *taolu*²⁶ reclama”.²⁷

²⁴ BOWMAN, Paul. Making martial arts history matter, *op. cit.*, p. 13 e 14.

²⁵ Ver SHUSTERMAN, Richard. *Consciência corporal*. São Paulo: Realizações, 2012, p. 59.

²⁶ Taolu (套路): forma padronizada de movimentos marciais que reúnem sentidos marciais (de aplicação em luta) além de conotações literárias, filosóficas e/ou religiosas. Nas artes marciais chinesas, há vários nomes pelos quais são conhecidas as “formas” ou “rotinas”, contendo técnicas e movimentos ordenados: *taolu* (套路), “*kati*” ou *jiazi* (架子) ou ainda *quantao* (às vezes grafado como 拳套, “rotina de punhos”, ou como 全套, “conjunto completo”). *Quantao* não se resume a uma “coreografia”. Estas “formas” trazem consigo como o próprio termo *tao* (套) sugere, uma coleção. No caso, uma coleção de *quanfa* (拳法), isto é: de técnicas marciais de mãos livres. Não que sejam apenas técnicas literalmente de punhos, mas envolvem todo o corpo na execução de movimentos eficientes voltados para luta. Estes movimentos são, genericamente, chamados de *Si da ji ji fa* (四大技击法), “quatro técnicas principais de combate”, a saber: *ti* (踢), “chutar”; *da* (打), “bater com os punhos”; *shuai* (摔), “arremessar”; *na* (拿) “agarrar”. O *quantao* tem, por objetivo, apresentar possibilidades de técnicas (*quan fa*, 拳法) e aplicações (*shi yong*, 使用), ordenadas conforme alguns sentidos gerais, aos quais podemos chamar de “princípios” ou de “lógica interna” (*li*, 理). Tais princípios são a base



De certa forma, a bibliografia acadêmica sobre a história das artes marciais no Brasil, surgida a partir dos anos 2000, não deixa de ser um desdobramento ou um processo de sofisticação da literatura “auto representacional” que vem circulando na forma de livros, apostilas, sites e revistas não acadêmicos desde os anos 80 e 90 do século XX. Ela denota claramente um esforço da parte de alguns praticantes para saírem da superfície de lugares comuns e histórias anedóticas, enfrentando a complexidade e a efetiva historicidade deste campo. Trata-se de uma via intelectualizada de fruição da própria marcialidade. Os pesquisadores do tema são (somos...) eles próprios artistas marciais com um certo perfil. Para além de pura especulação intelectual, tais trabalhos servem à perspectiva de fruição crítica de uma prática. Nesse sentido, eles, por si só, constituem uma das vias modernas de apropriação das tradições marciais chinesas.

Não é nenhum pecado que estudos acadêmicos tenham como motivação a legitimação ou a fruição crítica de uma prática. O que cabe fazer, neste caso, é tomar consciência da questão e de suas possíveis implicações sobre a pesquisa e sobre a análise dos seus resultados. Colocamo-nos, assim, na situação típica do historiador do tempo presente, frente ao qual ele é tanto sujeito e autor quanto objeto e testemunho de sua investigação.²⁸ No caso do estudo de uma prática corporal, como é o caso das artes marciais chinesas, a investigação acaba sendo fortemente mediada pelo próprio corpo do pesquisador.²⁹

de “estilos” (*shi*, 式) de artes marciais chinesas. Por isso, “forma” e “estilo”, ambos podendo ser chamadas de *shi* (式), mantêm uma relação de interdependência. Em estilos tradicionais de artes marciais chinesas, tais como aquelas constituídas no interior de “famílias” (*jiā*, 家) ou “clãs” (*shì*, 氏) marciais, o conjunto das suas “formas” ou *quantao* (seja de punhos ou com armas específicas) respeita sempre os mesmos “princípios”. Elas fazem sentido juntas, cada qual acrescentando ou aprofundando um pouco mais no seu entendimento. Ademais, as formas, rotinas e os movimentos nelas contidos possuem ou podem possuir nomes que fazem referência à cultura artística, histórica, literária, religiosa e lendária da China e/ou de suas várias etnias. Muitos movimentos marciais estão ligados às artes da dança e da narrativa teatral da ópera tradicional. Sobre o assunto, ver PHILLIPS, Scott Park. *Possible origins: a cultural history of chinese martial arts, theater and religion*. San Francisco: Angry Baby Books, 2016.

²⁷ MROZ, Daniel. Taolu: credibility and decipherability in the practice of Chinese martial movement. *Martial Arts Studies Journal*, n. 3, Cardiff, 2017, p. 48.

²⁸ François Dosse inscreve a sua noção de história do tempo presente no tempo da “contemporaneidade”, isto é, “na espessura temporal do ‘espaço de experiência’ e no presente do passado incorporado”. Fazendo referência à Hannah Arendt, Dosse compreende o “tempo presente” não como continuidade entre passado e futuro, mas como a sua lacuna. A história do tempo presente, antes de possuir um *telos*, detém um *kairós*. Isso significa que ela é, de certa maneira, pragmática, indeterminada, uma oportunidade para a ação. Seu futuro, tal como em Reinhardt Koselleck, é “horizonte de expectativa” e a sua visada ao passado, seguindo Paul Ricoeur, relaciona-se ao conceito de “tradicionalismo”: “a distância temporal que nos separa do passado ‘não é um intervalo morto, mas uma transmissão geradora de sentido’”. DOSSE, François. História do tempo presente e a historiografia. *Tempo e Argumento*, v. 4, n. 1, Florianópolis, 2012, p. 5 e 22. Em outros termos, o historiador do tempo presente é sujeito capaz de interferir no rumo da história e na geração dos seus sentidos; ao mesmo tempo, ele é uma incorporação do “passado”. A hermenêutica histórica desse passado incorporado, portanto, apresenta-se como via pragmática para a sua ressignificação e a sua reorientação, sintonizada com expectativas de futuro.

²⁹ Ainda de acordo com Dosse, a história do tempo presente não se confunde com a “história imediata”, pois insiste na constituição do presente numa longa duração, como algo construído pelo tempo, impondo mediações. *Idem, ibidem*, p. 6. Quando enxergamos o corpo (ou o *soma*, como preferimos) como uma dessas mediações, indicamos que ele próprio é uma construção temporal indissociável do presente, lacuna entre o passado e o futuro, entre a experiência e a expectativa.

Questão de método: o corpo do historiador

A mediação corporal da pesquisa incide sobre dimensões que extrapolam o puramente fisiológico e se lança ao conjunto das sensibilidades (*estesia*) e formas de visão de mundo que a acompanham (ou podem acompanhá-la). Elas são conscientes de que o sujeito integral resultante de tais práticas, forjado nas suas disciplinas, é um sujeito enraizado numa história. Historiadores profissionais estão desacostumados a perceber a história como instituição fabricada e fabricante de corpos. O lapso temporal que nos torna distantes dos corpos do passado nos fez substituir a velha autópsia dos gregos pela necrópsia positivista dos arquivos. A questão verdadeiramente histórica a ser formulada aqui, é: que história é esta? Como ela incide sobre os corpos dos praticantes de artes marciais e, por sua vez, como estes novos corpos (ou sujeitos) a vêm transformando? A questão a ser lançada é sobre corpos vivos, plásticos, em movimento. Sem dúvida isso impõe sérias questões de ordem metodológica e de reconstrução de experiências passadas. Certamente, esbarram nos limites dos suportes que registram/registram as vidas desses corpos. Mas é exatamente nas dificuldades e nos limites da memória social que está situado o melhor trabalho do historiador.

O enfrentamento dos desafios metodológicos de uma história do corpo vivo envolve um recorte ao mesmo tempo “biográfico” e de história local. No plano microscópico, seu lugar é o próprio corpo (do sujeito-objeto da pesquisa). Qualquer arte marcial depende de um corpo vivo para existir. Fora do corpo, ela forma tão somente abstrações conceituais ou literárias do passado.³⁰ A arte marcial viva é aquela que está corporificada em um sujeito particular. Por isso mesmo, na sua forma ágrafa, a “biblioteca” de uma arte é a figura do mestre, e os seus “livros” são as sequências ou rotinas corporais que ele memorizou (e “comenta”) em seu corpo: os *taolu*, com as suas múltiplas variáveis experienciais e representacionais.

Este corpo que “guarda” uma arte marcial, com as suas técnicas, aplicações, formas e funções, com os seus “segredos” e “essências”, é um sujeito circunscrito na vida e, portanto, nos seus limites próprios de tempo e espaço. É, ao mesmo tempo, um corpo em constante mutação, exigindo de si mesmo um constante reaprendizado daquela arte que guarda em si. Este corpo é, por definição, uma realidade espacial, matéria que circula em determinados ambientes e se relaciona particularmente com um conjunto de outros corpos. Mesmo se apelarmos para a sua constituição genética, ela é algo que depende do conjunto de interações que foram possíveis entre corpos em espaços singulares de circulação. O “corpo do artista marcial” mantém uma relação indissociável com a “história local” ou, em outros termos, com as experiências particulares vivenciadas por ele nos lugares pelos quais efetivamente passou.

³⁰ Concordamos, neste ponto, com D. S. Farrer e John Whalen-Bridge, de acordo com os quais, “Considering knowledge as ‘embodied’, where ‘embodiment is an existential condition in which the body is the subjective source or intersubjective ground of experience’, means understanding martial arts through cultural and historical experience; these are forms of knowledge characterized as ‘being-in-the-world’ as opposed to abstract conceptions that are somehow supposedly transcendental. Embodiment is understood both as an ineluctable fact of martial training, and as a methodological cue”. FARRER, D. S. and WHALEN-BRIDGE, John (eds.), *op. cit.*, p. 1.

Essa arte corporificada foi legada (no passado) por um outro corpo e pode ser transmitida (no futuro) para outros, porém, corpos não são como papéis em branco. Pessoas não são caixas vazias a servirem de repositório de abstrações. Corpos são estruturas biopsicossociais em movimento na história. São produtos de relações sociais e de poder nas quais os sujeitos se colocam ativa e passivamente. Corpos são educados/disciplinados na prática social por meio dos hábitos de vida, de alimentação, de condicionamento mental, de padrões estéticos, de valores morais, de tabus religiosos, de regras culturais, de acesso aos bens materiais entre outros condicionantes.³¹

Por uma história das “artes marciais em si”

O grande desafio para a escrita da história das marciais chinesas no Brasil (e, ousado dizer, em qualquer outra parte do mundo, inclusive na China) não é reconhecer ou negar as conexões que elas tenham com a sua “verdadeira origem”. Este seria um trabalho puramente sobre as representações e as (re)produções de discursos e práticas a respeito da marcialidade chinesa. Poderíamos chamar esta história de história das instituições ou das culturas marciais, mas não das artes marciais em si. O grande desafio, em nossa maneira de ver, está em reconhecer a dupla face da experiência e da representação no diálogo corporificado que cada artista marcial (brasileiro) desenvolve com a sua “China imaginada”, à qual se vê, de algum modo, como pertencente. Esta história não buscaria a verdade ou ilusão deste pertencimento, mas o modo subjetivo pelo qual se constroem *pari passu* a identidade do praticante e a alteridade daquele “lugar” com o qual ele procura interagir.

Quando conseguirmos fazer este tipo de história das artes marciais chinesas no Brasil – o que envolve encarar muitos desafios a serem talvez arrolados em um outro texto específico –, teremos conseguido aproximar a historiografia da preocupação de pesquisadores de outras áreas, que já vêm percebendo o potencial do estudo das artes marciais corporificadas. Cito, por exemplo, os interessantes trabalhos desenvolvidos por Mariana Baruco Machado Andraus, que vêm realizando experimentos e reflexões sobre a prática de Tanglangquan³² na improvisação em dança. Em um desses trabalhos, Andraus afirma que

As artes marciais asiáticas vêm despertando interesse de pesquisadores de áreas diversas (Artes, Educação, Educação Física, Estudos da Religião), e que, para além de discussões teóricas sobre as relações interculturais ou implicações filosóficas ou sociológicas do contato com culturas asiáticas, esses pesquisadores estão muitas vezes, atentos à arte marcial em si, à dimensão do conflito que ela possibilita trabalhar arquetipicamente e que se faz tão necessário ao ser humano, especialmente em tempos frenéticos

³¹ Cf. SHUSTERMAN, Richard, *op. cit.*, p. 52-54.

³² Literalmente, “Punho do Louva Deus”, uma das artes marciais chinesas mais praticadas e conhecidas em todo o mundo. No caso de Mariana Andraus, trata-se da variante Bei Tanglangquan, “Punho do Louva Deus do Norte”, difundido mundialmente, a partir dos EUA (San Francisco) no final do século XX, pelo Mestre Brendan Lai.

*nos quais a pressa em se chegar a resultados se sobrepõe à busca de qualidade pressuposta no fazer artístico.*³³

Antes de renunciarmos às discussões teóricas nos âmbitos da sociologia, da filosofia, da antropologia ou da história, podemos tornar as suas abordagens mais atentas a isto que Andraus nomeia como “arte marcial em si”; isto é: o trabalho objetivo-subjetivo pelo qual o artista marcial encontra caminhos para enfrentar os desafios da vida na contemporaneidade. Quando estivermos mais preocupados com isso e menos distraídos com a conversa oca das disputas identitárias, talvez tenhamos um terreno mais fértil para o desenvolvimento deste campo de pesquisa no Brasil.

Diálogos entre academias

Disso decorre uma reflexão correlacionada: como promover um diálogo efetivo, sincero e potencialmente útil com a memória dos próprios participantes de comunidades marciais? Brincamos, assim, com o termo “academia”, pois ele pode ser referente à escrita científica e universitária ou ao espaço das “academias de artes marciais”. Vimos o quanto a própria pesquisa universitária sobre o assunto, no Brasil, deriva de perspectivas de praticantes de artes marciais chinesas. Porém, também vimos que a sua história muitas vezes entra em conflito com a memória difundida por escolas tradicionais, cujas hierarquias e formas de exercício de poder dependem de certa representação do passado.

Entre 2017 e 2018, fomos muito ativos na experiência de escrever textos voltados principalmente para a comunidade marcial, porém fincados em uma perspectiva bastante acadêmica. O que fizemos não é nenhuma novidade. Fora do Brasil, há diversas iniciativas semelhantes, muitas das quais bem mais estruturadas e com muito mais colaboração entre cientistas do que a minha. A mais relevante talvez seja a do site /blog *Kung Fu Tea*, do professor Ben(jamin) Judkins, ligado à Universidade de Cardiff, no Reino Unido, e à revista acadêmica, *MAS – Martial Arts Studies*. No *Kung Fu Tea*, boa parte das matérias são condensações ou adaptações de artigos publicados em periódicos acadêmicos. São textos muitas vezes longos, densos e com referências bibliográficas, não muito diferentes do que estamos acostumados nas universidades.

Fora da Internet, também podemos elencar uma série de iniciativas que se situam na fronteira entre as duas academias. Provavelmente, a mais importante é a editora californiana, Blue Snake Books, ligada à North Atlantic Books, de Berkeley, nos Estados Unidos. Inaugurada em 2005, tornou-se, conforme a própria editora se autopromove: “one of the largest publishers of internal and historical martial arts books in the world” (uma das maiores editoras de livros sobre artes marciais internas e históricas do mundo). De fato, caso observemos o catálogo da Blue Snake, encontraremos desde manuais e tratados sobre artes marciais escritas por mestres de artes marciais sem necessária formação acadêmica (tais como Fu Zhongwen, Zhang Yun, Mark Chen

³³ ANDRAUS, Mariana Baruco Machado (ed.). *Marcialidade e a cena: técnicas e poéticas nas relações tradição-contemporaneidade*. Curitiba: Prismas, 2016, p. 26.

ou Yang Chengfu), quanto obras dedicadas ao estudo acadêmico sobre a história destas artes, com todo o rigor científico e metodológico (por exemplo, livros de autores como Robert Smith, Jess O'Brien, Brian Kennedy e Elizabeth Guo). Muitas vezes, as obras de mestres são edições críticas, preparadas e/ou traduzidas por acadêmicos ocidentais (caso, por exemplo, dos manuais de Yang Chengfu ou de Fu Zhongwen, ambos traduzidos por Louis Swaim).

Em 2018, três destes “intelectuais de fronteira”, situados entre as duas academias, reuniram-se para discutir a respeito do mercado editorial das artes marciais na contemporaneidade. O resultado dessa conversa foi publicado no próprio *Kung Fu Tea*, ao qual já nos referimos. Nessa discussão, enquanto Gene Ching e Mark Wiley começaram focalizando o colapso do mercado editorial de livros no final dos anos 90 e a mudança de foco de interesse de artes tradicionais para estratégias de combate de lutas como MMA e BJJ³⁴, Louis Swaim, de modo um pouco mais otimista, acrescentou um fenômeno importante:

*O crescimento dos estudos acadêmicos sobre as artes marciais elevou o patamar de exigência para os autores de livros de artes marciais. Nem todo livro de artes marciais é escrito por acadêmicos, nem são necessariamente voltados para eles. Porém, há uma grande expectativa editorial de que os livros de artes marciais trarão escrutínio cuidadoso do seu assunto, com olhos atentos à autenticidade, correção, enraizamento em linhagem genuína ou em experiência prática testada.*³⁵

No Brasil, em tempos bem recentes, uma revista voltada para a comunidade marcial que se enquadra muito bem nestes requisitos assinalados por Swaim é a *Tai Chi Brasil*, editada por Levis Litz, de Curitiba-PR. No seu quarto número, de 2010, Rodrigo Wolff Apolloni, um dos professores de artes marciais no Brasil com experiência acadêmica substancial, faz uma reflexão muito semelhante: “tenho percebido, em tempos recentes, uma postura mais crítica por parte dos praticantes. Parece que muitos, dentre eles, deixaram a ‘infância marcial’ e chegaram a um estágio diferenciado de questionamento sobre a sua prática”.³⁶

Para Apolloni, esse “estágio diferenciado” se caracteriza por demandas que envolvem entendimento mais preciso da história das artes marciais, não se contentando com perspectivas lendárias ou simplistas. Também está ligado à busca pelo entendimento da língua chinesa, para melhor interpretar as tradições associadas à arte marcial e aos seus aspectos teóricos e filosóficos mais sutis. Esses praticantes que superaram a “infância marcial” buscam realizar leituras mais densas e criteriosas, tais como as mencionadas por Louis Swaim.

Apesar dessa impressão de Apolloni, o mercado editorial brasileiro não parece, desde então, convencido da ideia. Ele próprio participou de um bem-sucedido lançamento pela editora Perspectiva, quando foi um dos tradu-

³⁴ MMA – Mixed Martial Arts; BJJ – Brazilian Jiu-Jitsu.

³⁵ SWAIM, Louis *apud* <<https://chinesemartialstudies.com/2018/02/22/the-state-of-the-martial-arts-publishing-industry-today-a-roundtable-discussion/>>.

³⁶ APOLONI, Rodrigo Wolff. Arte marcial chinesa, espírito crítico e docência no Brasil. *Tai Chi Brasil*, n. 4, Curitiba, 2010, p. 21.



tores do livro *O mosteiro Shaolin*, de Meir Shahaar.³⁷ Porém, este é um dos raros exemplares de obra acadêmica sobre artes marciais publicados no Brasil. O praticante/leitor brasileiro exigente a que se refere ainda é bastante refém das publicações estrangeiras, como as da Blue Snake Books, e dos periódicos acadêmicos, como o MAS. São pessoas de boa formação cultural, capazes de ler em inglês, e bom nível socioeconômico, com poder aquisitivo suficiente para comprar livros importados e pagar mensalidades de boas escolas de artes marciais. Não representam o conjunto dos praticantes de artes marciais no Brasil, mas uma elite intelectual e econômica neste meio.

Limites de público

Talvez a média do praticante brasileiro de artes marciais chinesas não esteja nem nessa elite nem na “infância marcial”. Não seja nem o leitor de Douglas Wile e Meir Shahaar, nem os leitores de fantasias marciais dos anos 80... Um *best seller* no Brasil é *Breve história do Kung Fu*, publicado pela editora Madras, em 2011, e esgotado.³⁸ Ele é da autoria tripla de William Acevedo, Carlos Gutiérrez e Mei Cheung. Apesar de ser um livro que atende muito razoavelmente à profundidade exigida por estes leitores mais “maduros” referidos por Swaim e Apolloni, esta publicação tem um caráter muito mais de divulgação do que de pesquisa original. Há busca de objetividade, correção e cientificidade, porém a narrativa é excessivamente simplificada, percorre séculos ou milênios em poucas páginas e, até por isso, cai em generalizações e possui uma visão pouco problematizadora da história. Sua adesão a versões “modernistas” sobre o desenvolvimento das artes marciais chinesas agrega uma aura de autoridade científica extra no texto, mas a própria desconsideração dos conteúdos ideológicos presentes em tais versões demonstra certa superficialidade acadêmica. Por fim, os autores do livro, embora tenham formação acadêmica e sejam estudiosos sérios do assunto, não são historiadores treinados, mas praticantes de artes marciais formados em engenharia, em educação física e em língua chinesa.

Livros como *Breve história do Kung Fu* parecem atender bem às demandas do praticante médio de artes marciais chinesas no Brasil. Ele não se preocupa com as lacunas, com controvérsias, com as dificuldades de demonstração, com problemas de método envolvidos na escrita da história das artes marciais. Ele não busca formular perguntas sobre esta história. Antes, ele parece muito mais ávido por informações genéricas que possam ser tomadas como confiáveis. Busca certezas, não as dúvidas e os problemas. A Madras parece ter compreendido quem é este leitor e possui um catálogo bem amplo de artes marciais, a maior parte formada por traduções de obras estrangeiras (como a própria *Breve história do Kung Fu*, originalmente espanhola). Ela também oferece bons manuais (também generalistas) sobre pensamento chinês e religiões da Ásia, o que se articula, ao mesmo tempo, ao seu foco editorial mais central: os livros de esoterismo, orientalismo e misticismo “nova era”.

³⁷ Ver SHAHAR, Meir. *O mosteiro Shaolin: história, religião e as artes marciais chinesas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

³⁸ Ver ACEVEDO, William, GUTIERREZ, Carlos e CHEUNG, Mei. *Breve história do Kung Fu*. São Paulo: Madras, 2011.

Essa linha editorial continua, enfim, no campo da literatura autorrepresentacional, ainda que seja literatura autorrepresentacional de boa qualidade. Nesse cenário, pouquíssimo (para não dizer nenhum) espaço abre-se à publicação de obras acadêmicas sobre as artes marciais no Brasil. Nas universidades, o interesse em desenvolver pesquisas originais voltadas ao tema é muito pequeno. Como resultado, ainda temos uma visão de que a história das artes marciais chinesas no Brasil não interessa. Que o sentido “verdadeiro” dessas artes se encontra no seu “passado chinês”. Que o Brasil é um “acidente” nessa história estrangeira, a qual conhecemos, nas melhores das hipóteses, por meio da leitura de textos em inglês. Trata-se de uma visão, como esperamos ter demonstrado, tacanha e equivocada, pois incapaz de perceber as artes marciais chinesas do tempo presente como um fenômeno global, do qual o Brasil tem feito parte há, pelos menos, 50 anos. Ignorar, deliberadamente, essa história torna invisíveis aspectos relevantes e originais do diálogo intercultural corporificado na sociedade brasileira contemporânea.

Artigo recebido em 7 de março de 2022. Aprovado em 15 de abril de 2022.